Continue

Artigos Tendências +Populares Perguntado por: Kyara Ferreira Neto | Última atualização: 26. Oktober 2024 Pontuação: 4.1/5 (48 avaliações) A partir dessa confirmação, será cumprida a intimação eletrônica, iniciando, no primeiro dia útil subsequente, o prazo de cumprimento dela, se houver. Depois a consulta será emitida um umaCertidão de Intimação Cumprida no processo SEI. O que vem depois de confirmado a intimação eletrônica? A intimação eletrônica é enviada por um meio digital com um prazo para que o advogado a visualize, que são 10 dias corridos. Depois desses 10 dias, o advogado da parte tem um novo prazo, que é o chamado prazo processual, para realizar o solicitado na intimação.O que quer dizer confirmada a intimação eletrônica? O significado da intimação eletrônica confirmada refer ao evento é a confirmação oficial de que uma pessoa ou empresa foi intimada eletronicamente para comparecer a um evento específico relacionado a um processo judicial. O que vem após a publicação de intimação? A partir da data de publicação no Diário Oficial, começam a correr os prazos processuais estabelecidos para a apresentação de recursos, contestações, manifestações e outras ações judiciais ou administrativas. O que significa no processo confirmada a intimação eletrônica? Na intimação enviada por meio eletrônico, a comunicação é uma notificação à qual os advogados podem ter acesso a qualquer momento, dentro de um prazo determinado. Por esse motivo, a contagem de prazos é diferente da intimação via publicação. Cumprindo os prazos de intimações recebidas, dúvidas recorrentes. 43 questões relacionadas encontradas Para as comunicações eletrônicas, a Lei 11.419/06 inovou trazendo um novo prazo, qual seja, o prazo do sistema, que consiste em um prazo de 10 dias corridos para que o usuário externo tome ciência da comunicação eletrônica e posteriormente iniciar a contagem do prazo processual. Resposta: Acesse o Diário Judicial Eletrônico. Depois de publicada a sentença, a empresa processada deve pagar a causa trabalhista de 48 horas até 15 dias úteis. Logo, em média, após a sentença, a parte vencedora espera receber os valores de sua causa trabalhista nesse intervalo de tempo. § 3º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação. Assim, nos casos dos processos eletrônicos, de forma similar, a contagem se inicia na data posterior à publicação no ato processual no diário do juízo processual competente. Acesse a Central do Processo Eletrônico, insira o certificado digital, preencha os dados e crie sua senha. A partir daí, o acesso ao sistema será por meio do seu CPF e da senha criada. Como consultar uma intimação? É possível fazer a consulta de intimações na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) por meio de sistemas eletrônicos próprios. Também existe a possibilidade de consultar nos diários digitais dos Tribunais de Justiça e outros órgãos oficiais. Também é possível a consulta e impressão das intimações já recebidas. Para o recebimento dessas, a utilização de certificado digital vinculado ao seu CPF é obrigatória. Após a publicação da certidão de publicação expedida, os passos seguintes vão depender muito da natureza do processo. Ou seja, caberá às partes envolvidas, autor e/ou réu, sentarem e desenvolverem o andamento do processo junto a seus advogados. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. O prazo para o oficial de justiça cumprir os mandados é, em regra, de 20 (vinte) dias a partir do dia útil seguinte à distribuição. Entretanto, em situações excepcionais, este prazo pode ser reduzido, como nas hipóteses de audiências próximas, liminares, mandados que se refiram a réus presos ou mandados de plantão. O art. 226, III, do Código de Processo Civil estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para proferir a sentença após instruído o feito (todas as provas já produzidas). Em situações de grandes remessas para pagamentos, o prazo para o pagamento pode chegar a 96 horas. Para quitação de valores em espécie, com exceção de pequenas quantias, o prazo para a liberação é de 72 horas. Lembrando que, nessas situações, os valores devem ser pagos ao ex-funcionário em até dez dias corridos após o comunicado da rescisão do contrato de trabalho. Para tal, a primeira coisa que você deve fazer é se direcionar ao site do tribunal. Ao fazer isso, você irá se deparar com a página inicial, onde haverá um espaço escrito “consulta processual”. Bem ao lado desses dizeres, basta digitar o número do seu processo, contendo o dígito, ano, vara etc. Em geral, é possível consultar a situação do processo de duas maneiras. A mais tradicional seria ir até o fórum onde a ação foi julgada e solicitar as informações lá. Outra maneira, bem mais prática e moderna, é realizar a consulta pela internet. O que acontece quando o processo sai no Diário Oficial? Quando uma ação é publicada no Diário Oficial, os prazos descritos no documento começam a contar na data de publicação ou no próximo dia útil. Dessa forma, as movimentações previstas devem começar a ser feitas. No caso de processo eletrônico, sem sigilo, é possível visualizar a sentença por meio da consulta pública do processo. Caso o processo tramite em meio físico ou esteja protegido por sigilo, entre em contato com a vara ou juizado para ter acesso aos autos ou solicite a texto da sentença a seu advogado. Conforme prevê a Lei Nº 11.419/2006 (Lei do Processo Eletrônico), caso o ad- vogado ou parte não acesse o sistema de processo eletrônico e visualize a intimação no prazo de 10 (dez) dias corridos, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período. A conclusão do processo judicial pode ocorrer por meio de uma sentença ou de um acórdão, conforme a instância em que ocorre o julgamento. Sentença é o ato judicial pelo qual o juiz encerra o processo em primeiro grau. Para efetuar a consulta de publicações, é necessário acessar o endereço www.dje.tjsp.jus.br , (não necessita senha). A intimação eletrônica é como um sinal de alerta que chega até você através do universo digital, trazendo consigo informações importantes sobre processos judiciais. É como se a tecnologia se unisse ao mundo jurídico para tornar as comunicações mais rápidas e eficientes. Imagine receber uma notificação no seu celular ou e-mail, informando que há novidades em um processo em que você está envolvido. A intimação eletrônica faz exatamente isso, facilitando a comunicação entre o Poder Judiciário e as partes envolvidas. Por meio desse mecanismo, advogados, partes e demais interessados podem ficar atualizados sobre o andamento de processos, prazos e decisões judiciais, de forma ágil e segura. A intimação eletrônica veio para simplificar a vida de quem atua no meio jurídico, proporcionando mais praticidade e celeridade aos procedimentos legais. É importante ressaltar que, mesmo com o avanço da tecnologia, a consulta a um profissional do direito é essencial para garantir a correta interpretação das intimações eletrônicas e demais questões jurídicas. Afinal, o conhecimento especializado é fundamental para evitar equívocos e garantir os direitos de cada parte envolvida. Portanto, fique atento às suas notificações eletrônicas e conte com o apoio de um advogado para auxiliá-lo nesse universo digital-jurídico em constante evolução. Juntos, podemos desvendar os mistérios da intimação eletrônica e garantir que a justiça seja feita de forma eficaz e transparente. Entenda o Procedimento da Intimação Eletrônica: Guia Completo Entenda o Procedimento da Intimação Eletrônica: Guia Completo A intimação eletrônica é um procedimento utilizado no âmbito jurídico para comunicar as partes envolvidas em um processo sobre atos processuais, como decisões judiciais, despachos, audiências, entre outros. Ela é regulamentada pela Lei nº 11.419/2006 e tem por objetivo agilizar e facilitar a comunicação entre as partes e o Poder Judiciário. Para compreender melhor o procedimento da intimação eletrônica, é importante estar ciente dos seguintes pontos: Meios de Intimação Eletrônica: A intimação eletrônica pode ser realizada por meio de sistemas disponibilizados pelos tribunais, como o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e o e-SAJ. Nesses sistemas, as partes e seus advogados recebem as intimações diretamente no portal do tribunal ou por meio de e-mail cadastrado previamente. Pré-requisitos: Para receber intimações eletrônicas, é necessário que as partes e seus advogados tenham cadastro nos sistemas eletrônicos do tribunal e mantenham atualizados seus dados de contato, especialmente o endereço de e-mail. Validade: As intimações eletrônicas possuem a mesma validade legal que as intimações tradicionais realizadas por meio de oficial de justiça. Portanto, é fundamental que as partes estejam atentas às intimações recebidas eletronicamente e cumpram os prazos estabelecidos. Procedimento: Ao receber uma intimação eletrônica, a parte ou seu advogado deve acessar o sistema do tribunal para visualizar o conteúdo da intimação e tomar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido. É importante seguir as orientações contidas na intimação para evitar prejuízos processuais. Segurança: Os sistemas de intimação eletrônica são desenvolvidos com medidas de segurança para garantir a autenticidade e a confidencialidade das comunicações. Portanto, é fundamental proteger os dados de acesso e manter atualizadas as configurações de segurança da conta. Em resumo, a intimação eletrônica é um importante instrumento utilizado no processo judicial para agilizar a comunicação entre as partes e o Judiciário. Ao compreender o procedimento da intimação eletrônica e seguir corretamente as orientações recebidas, as partes podem evitar problemas processuais e garantir a eficácia de suas manifestações no processo. O que acontece após a confirmação da intimação eletrônica: Entenda os próximos passos legais O que acontece após a confirmação da intimação eletrônica: Entenda os próximos passos legais Após a confirmação da intimação eletrônica, que é um ato processual pelo qual se dá ciência a uma parte interessada sobre determinado ato ou decisão no processo judicial, é importante compreender quais são os próximos passos legais a serem seguidos. Abaixo, listo algumas informações importantes sobre o tema: Recebimento da intimação: Após a confirmação da intimação eletrônica, o destinatário deve acessar o sistema eletrônico do órgão judiciário para tomar ciência do teor da intimação. É fundamental manter o acompanhamento regular dos prazos e das informações disponibilizadas. Prazos processuais: Após a confirmação da intimação eletrônica, iniciarão os prazos processuais para que as partes realizem as devidas manifestações ou cumpram as determinações judiciais. É fundamental atentar-se aos prazos estabelecidos, a fim de evitar prejuízos processuais. Cumprimento da determinação: Caso a intimação eletrônica contenha alguma determinação específica a ser cumprida, é imprescindível adotar as medidas necessárias dentro do prazo estabelecido. O descumprimento de uma determinação judicial pode acarretar em consequências desfavoráveis para a parte. Interposição de recursos: Após a confirmação da intimação, caso uma das partes discorde da decisão judicial ou necessite interpor algum recurso, é importante observar os prazos e as formas estabelecidas pela legislação para a interposição dos recursos cabíveis. Acompanhamento do processo: É fundamental que as partes mantenham um acompanhamento constante do andamento do processo judicial, verificando eventuais intimações eletrônicas, decisões judiciais e prazos estabelecidos. É importante ressaltar que o procedimento de intimação eletrônica visa proporcionar agilidade e segurança às comunicações processuais, sendo essencial que as partes estejam atentas e cumpram com as determinações judiciais dentro dos prazos estabelecidos. Em caso de dúvidas ou necessidade de orientações específicas, é recomendável buscar o auxílio de um profissional do direito. Entendendo o procedimento de intimação: Guia completo e detalhado Entendendo o procedimento de intimação: Guia completo e detalhado A intimação é um ato processual fundamental no sistema judiciário brasileiro. Ela tem o objetivo de comunicar as partes envolvidas em um processo sobre os atos que devem ser praticados, como participar de uma audiência, apresentar documentos, contestar uma petição, entre outros. A intimação pode ser realizada de diversas formas, sendo uma delas a intimação eletrônica. Nesse caso, a intimação é feita por meio eletrônico, através de sistemas disponibilizados pelos tribunais. Essa modalidade traz agilidade e segurança para o processo, uma vez que as partes são notificadas de forma rápida e eficiente. Para compreender melhor o procedimento de intimação eletrônica, é importante estar atento aos seguintes pontos: 1. Significado da intimação eletrônica: A intimação eletrônica é a comunicação feita por meio digital, utilizando plataformas específicas dos tribunais. As partes e advogados cadastrados recebem as intimações diretamente no sistema, dispensando a necessidade de envio por correio ou oficial de justiça. 2. Funcionamento da intimação eletrônica: Ao se cadastrar no sistema eletrônico do tribunal, as partes e advogados passam a receber as intimações de forma automática. É fundamental manter os dados atualizados para garantir o recebimento das notificações. Após a intimação, as partes têm prazos determinados para cumprir as diligências solicitadas. 3. Vantagens da intimação eletrônica: – Agilidade na comunicação entre as partes e o juízo; – Redução de custos com envio de correspondências físicas; – Maior segurança e confiabilidade no recebimento das intimações; – Sustentabilidade ambiental, pela redução do uso de papel. A intimação judicial, independente do meio que é divulgada, é uma notificação escrita pelo juiz responsável por determinado processo que serve para notificar as partes sobre o que está acontecendo e o que deve ser feito. A intimação eletrônica tem apenas a especificidade de ser enviado por meio eletrônico de controle de processos. Isso foi permitido com a chamada Lei da Informatização, em vigor desde 2006, que foi criada com o intuito de dar mais agilidade ao sistema processual e à tramitação dos processos digitalmente. Por meio dela, a transmissão online de informações passou a ser uma possibilidade viável e muito importante dentro do ambiente judiciário. Além de dar muito mais celeridade ao andamento processual, a intimação eletrônica também facilita o arquivamento de documentos. Já parou para imaginar quantos papéis deveriam ser armazenados fisicamente de todos os processos que estão em andamento no Brasil? Esse também foi um dos motivos pelos quais a Lei da Informatização e o Novo CPC foram criados. Tratar de documentos eletronicamente ajuda a diminuir o volume de papel e manter a organização com muito mais facilidade. A intimação eletrônica é feita por dois meios: publicada em um diário eletrônico, como o Diário da Justiça Eletrônico (DJe), ou enviada diretamente para o(a) advogado(a) através de um portal online específico. Entretanto, apesar de ambas serem feitas por meio online, existem algumas diferenças importantes que as partes e os advogados necessitam estar cientes, principalmente com relação aos prazos de cada uma. Como vimos anteriormente, a intimação eletrônica pode ser feita através de publicação ou de envio. Vamos entender agora a diferença entre eles. Na intimação realizada pelo diário eletrônico, as informações do processo são publicadas regularmente de forma online. Via de regra, o procedimento acontece da seguinte maneira: o servidor insere as informações no Jornal Eletrônico do Tribunal responsável pelo processo judicial, que é publicado normalmente ao final do dia. No dia seguinte começa a contagem de prazo da intimação, pois os prazos processuais são contados sempre no dia útil posterior ao da sua disponibilização. Atualmente o Diário Eletrônico é um meio de comunicação oficial do Judiciário para fins processuais, bem como o Diário Impresso. No entanto, a intimação eletrônica está cada vez mais presente no dia a dia do Judiciário e dos advogados, pois ela tem se mostrado muito rápida e eficaz. Na intimação enviada por meio eletrônico, a comunicação é uma notificação à qual os advogados podem ter acesso a qualquer momento, dentro de um prazo determinado. Por esse motivo, a contagem de prazos é diferente da intimação via publicação. Neste caso, o advogado tem 10 dias para acessar a informação e é somente a partir do momento que o acesso é computado que o prazo começa a contar. Mas assim como na intimação via DJe, a contagem de prazos tem seu início oficial no primeiro dia útil após a consulta da informação. Caso o advogado não consulte a informação dentro dos 10 dias determinados, o início da contagem ocorrerá no dia útil seguinte juntamente com o início da contagem de prazos. Não é raro encontrar situações em que os tribunais publicam a intimação por meio impresso e eletrônico. Caso isso aconteça, deve-se considerar a contagem de prazos de acordo com a data da intimação eletrônica. Isso porque o Novo CPC deixa bem claro que se deve priorizar o meio eletrônico para publicação de intimações. De acordo com o Art. 270, as intimações realizam-se, sempre que possível, por meio eletrônico, na forma da lei. Uma das tarefas que mais demandam a atenção de um advogado é acompanhar todos os prazos processuais diariamente, inclusive os de intimação eletrônica. Imagine atuar em vários casos diferentes, com clientes diversos, e ter que lidar com datas diferentes todos os dias. No caso da intimação eletrônica, o desafio pode ser ainda maior, uma vez que além de consultar as informações no sistema de cada tribunal responsável por cada processo, é necessário acompanhá-la de perto para não perder nenhum prazo. Por isso, o uso da tecnologia pode te ajudar muito nessa rotina. Softwares jurídicos como o Legitimvs atuam em toda a cadeia de atividades de um escritório de advocacia e são capazes de otimizar o tempo e aumentar a produtividade dos advogados em pouco tempo. Entre suas principais funcionalidades estão a automação na busca por publicações nos tribunais , leitura automatica com ciência das intimações com RPA jurídico e a gestão de prazos, ideais para ajudar no acompanhamento das intimações eletrôncias. Com o uso da automação jurídica via a tecnologia rpa, o sistema pode fazer a pesquisa de todas as intimações eletrônicas em todos os tribunais do Brasil, enviar as evidências da leitura por e-mail e cadastrar a intimação no modulo de tratamento de publicações dentro do próprio software jurídico, garantindo segurança e disponibilidade diária. Tudo isso de forma 100% automática. Desse modo, você poderá acompanhar de perto se um de seus clientes foi intimado via publicação sem precisar ir à caça no site do tribunal, atividade que demanda muito tempo. Além disso, não basta saber que há uma intimação eletrônica. É preciso cumpri-la, dependendo do que foi pedido. Para isso a gestão de prazos é outra funcionalidade importantíssima, pois é praticamente impossível controlar todos os prazos da rotina de um advogado manualmente. Um bom software jurídico também pode te ajudar a controlar todas as tarefas a serem cumpridas nas datas corretas. Dentro do sistema você terá todas as informações do processo e poderá receber notificações sobre o andamento de cada etapa e quando ela deve ser cumprida. Esse tipo de sistema, além de contribuir no acompanhamento das intimações, pode te ajudar a gerenciar sua rotina como um todo, inclusive com funções administrativas, importantíssimas para o bom andamento do negócio. Quer saber como funciona na prática? Nós podemos te mostrar: Intimação eletrônica: o que é e como acompanhar os prazos Publicado em 31 de mar. de 2025 Atualizado em 31 de mar. de 2025 A intimação eletrônica é um conceito cada vez mais comum no sistema jurídico brasileiro, especialmente com o advento da tecnologia e a digitalização dos processos. O entendimento claro sobre o que significa "intimação eletrônica confirmada" é crucial tanto para profissionais do Direito quanto para cidadãos comuns. Neste artigo, vamos explorar em profundidade o conceito de intimação eletrônica confirmada, seu significado em diferentes contextos legais, e o que acontece após essa confirmação.O que é uma intimação eletrônica confirmada?A intimação eletrônica é um ato processual em que o órgão do Judiciário comunica a uma das partes envolvidas no processo sobre um ato ou decisão, utilizando meios eletrônicos. A confirmação desse ato é fundamental, pois sinaliza que a parte foi devidamente informada sobre o que se passa no processo. Geralmente, essa confirmação ocorre por meio de um sistema que registra a data e hora em que a intimação foi recebida. Assim, o termo “intimação eletrônica confirmada” refere-se à confirmação de que a parte interessada tomou ciência da intimação.A intimação eletrônica traz uma série de benefícios, como a celeridade nos trâmites processuais e o economizar de recursos, já que elimina a necessidade de deslocamento físico para a entrega de documentos. A confirmação é, portanto, uma garantia de que o destinatário está ciente de suas obrigações e direitos dentro do processo.O que quer dizer confirmada a intimação eletrônica referente ao evento?Quando se fala em "intimação eletrônica confirmada referente ao evento", é comum que essa frase esteja ligada a um ato específico dentro de um processo judicial. O "evento" refere-se à situação ou ato que levou à necessidade de intimação. Por exemplo, em um processo onde há uma audiência agendada, a intimação eletrônica confirmada indica que a parte recebeu a informação sobre a audiência e está ciente de sua obrigação de comparecer. A confirmação desse evento é uma formalidade que assegura que todos os envolvidos no processo tiveram a oportunidade de exercer seus direitos de defesa.O que significa confirmada a intimação eletrônica no processo penal?No contexto do processo penal, a intimação eletrônica confirmada assume um papel ainda mais crucial. O Direito Penal é regido por princípios que garantem o devido processo legal, incluindo o direito à ampla defesa e ao contraditório. A confirmação de uma intimação eletrônica no processo penal significa que o réu ou a parte acusadora teve acesso a informações importantes, como decisões do juiz, prazos, ou convocações para audiência.A intimação eletrônica no âmbito penal busca garantir a transparência do processo judicial e o cumprimento das normas estabelecidas. Ao confirmar que a intimação foi recebida, evita-se a alegação de que a parte não teve ciência de alguma decisão ou ato do Judiciário, favorecendo a continuidade do processo sem interrupções indevidas.O que significa em um processo expedida certificada a intimação eletrônica?A intimação eletrônica "expedida certificada" é um conceito que se refere à formalização do ato de envio da intimação. Essa modalidade de intimação não apenas é enviada por meios eletrônicos, mas também é acompanhada de um certificado que comprova a sua expedição. Esse certificado pode vir na forma de um número de protocolo ou um recibo digital que garante a autenticidade do ato.Ao receber uma intimação eletrônica expedida certificada, a parte pode se sentir segura de que a informação transmitida é oficial e programada dentro dos trâmites legais. A certificação se torna um elemento de prova em situações de disputa sobre a ciência das partes em relação aos atos processuais.O que significa intimação eletrônica - confirmada refer. ao evento 30?As intimações eletrônicas frequentemente têm uma numerologia específica associada a elas, que se referem aos eventos processuais relacionados. No caso de "confirmada a intimação eletrônica – refer. ao evento 30", estamos tratando de uma intimação particular que está vinculada a um ato específico que se passa ou que deverá ocorrer no processo, que foi rotulado como evento número 30.Este tipo de referência é comum em sistemas de gerenciamento de processos judiciais eletrônicos, onde cada ato possui um número identificador. Assim, é primordial que a parte interessada consulta os autos para entender a que se refere este evento e quais ações devem ser tomadas em resposta à intimação.O que significa intimação eletrônica Confirmada Refer ao evento 41?Similar ao evento 30, a intimação eletrônica "confirmada refer. ao evento 41" refere-se a uma intimação específica dentro do processo legal, destacando a importância do número para o contexto de cada ação processual. Num caso específico, o evento 41 poderia ser uma audiência prévia, a interposição de um recurso ou a apresentação de um documento vital.Em qualquer hipótese, a confirmação é essencial, pois garante que a parte receptora está plenamente informada sobre a situação atual do processo, podendo agir conforme necessário e assegurar seus direitos.O que vem depois de confirmada a intimação eletrônica?Após a confirmação da intimação eletrônica, várias ações podem ocorrer, dependendo do caráter da intimação. Se a intimação for para comparecimento em juízo, o próximo passo para a parte envolvida será se preparar para a audiência, reunindo documentos relevantes, evidências ou qualquer outro material que suporte sua posição no processo. Por outro lado, se a intimação diz respeito à apresentação de defesa ou manifestação, a parte deverá elaborar e protocolar os documentos adequados dentro do prazo estipulado.É crucial que a parte não apenas confirme a intimação, mas também compreenda os desdobramentos que essa confirmação provoca. O não cumprimento dos prazos ou obrigações decorrentes pode resultar em prejuízos, como a perda de direitos, a impossibilidade de apresentar defesas, ou até mesmo condenações, dependendo do caso.Confirmada a intimação eletrônica - Refer ao Evento: 7Quando se menciona "confirmada a intimação eletrônica - refer ao evento: 7", a expressão se refere a um ato processual específico, novamente identificado por um número. Este evento 7 pode estar relacionado a uma decisão judicial, solicitação de documentos, ou qualquer outro ato que foge ao contexto habitual do processo. É fundamental que as partes analisem o processo e suas implicações.A numeração é uma prática comum que permite a rastreabilidade e organização dos atos jurídicos, facilitando a compreensão e acompanhamento do desenvolvimento de processos.O que significa confirmada a intimação eletrônica INSS?A intimação eletrônica confirmada pelo INSS diz respeito a comunicações relacionadas a benefícios previdenciários, revisões ou decisões que afetam os trabalhadores. Quando uma intimação eletrônica é confirmada neste contexto, significa que o segurado ou beneficiário está ciente de informações cruciais que podem impactar seus direitos à aposentadoria, pensão ou outros benefícios.A confirmação neste caso também é relevante para evitar futuras alegações de não ciência, uma vez que os processos relacionados ao INSS envolvem prazos específicos e podem ter consequências financeiras diretas para os beneficiários.Confirmada a intimação eletrônica Refer ao Evento 39A expressão "confirmada a intimação eletrônica - refer ao evento 39" sugere que a intimação está vinculada a um determinado ato processual, igualmente identificado como evento 39. Essa intimação pode envolver uma decisão, uma convocação ou a necessidade de apresentação de documentos. Importante é que as partes envolvidos estejam cientes desse evento para manter a fluidez do processo.Confirmada a intimação eletrônica - refer. ao evento 6No caso de "confirmada a intimação eletrônica - refer. ao evento 6", o entendimento é análogo ao dos eventos anteriores. O evento 6 pode indicar um ato que, se não observado pela parte, poderá gerar consequências jurídicas. A confirmação da intimação é um aviso de que a parte envolvida deve estar atenta a seu conteúdo e agir conforme necessário.ConclusãoO conceito de intimação eletrônica confirmada é um elemento vital do processo judicial moderno, que reflete a necessidade de celeridade e eficácia no trâmite de informações. Compreender o que isso significa, assim como as implicações de diferentes eventos relacionados, é essencial para qualquer indivíduo ou profissional que se envolva nas esferas judiciais e administrativas.O reconhecimento da intimação eletrônica não só fortalece os direitos de defesa e participação, como também contribui para um sistema judiciário mais eficiente e responsável. As partes devem sempre estar atentas aos prazos e condições estipulados nas intimações, garantindo que possam agir em tempo e forma conforme a lei exige.FAQ1. O que é uma intimação eletrônica?Uma intimação eletrônica é uma comunicação formal enviada por meio digital pelo Judiciário a uma parte envolvida em um processo, informando sobre atos, decisões ou eventos relevantes.2. Como posso confirmar a intimação eletrônica que recebi?A confirmação geralmente é registrada no sistema em que o processo está inserido, indicando a data e hora em que a intimação foi lida ou visualizada.3. O que acontece se eu não confirmar a intimação eletrônica?A falta de confirmação pode levar à alegação de que a parte não tomou ciência de sua importância, além de potenciais sanções processuais, como a perda de prazos.4. Para que serve uma intimação eletrônica expedida certificada?Ela serve para garantir que a parte foi devidamente informada sobre um ato processual, oferecendo segurança quanto à data e modo de envio.5. Qual a importância da intimação eletrônica no processo penal?Ela assegura que o réu ou a parte acusadora tenha ciência de atos processuais importantes, respeitando o direito ao devido processo legal.ReferênciasCódigo de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.Código de Processo Penal – Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.INSS – Instrução Normativa nº 77, de 21 de janeiro de 2015.Portal da Justiça – www.justica.gov.br.Conjur – www.conjur.com.br. Artigos Tendências +Populares Perguntado por: Kyara Ferreira Neto | Última atualização: 26. Oktober 2024 Pontuação: 4.1/5 (48 avaliações) A partir dessa confirmação, será cumprida a intimação eletrônica, iniciando, no primeiro dia útil subsequente, o prazo de cumprimento dela, se houver. Depois a consulta será emitida um umaCertidão de Intimação Cumprida no processo SEI. O que vem depois de confirmado a intimação eletrônica? A intimação eletrônica é enviada por um meio digital com um prazo para que o advogado a visualize, que são 10 dias corridos. Depois desses 10 dias, o advogado da parte tem um novo prazo, que é o chamado prazo processual, para realizar o solicitado na intimação.O que quer dizer confirmada a intimação eletrônica? O significado da intimação eletrônica confirmada refer ao evento é a confirmação oficial de que uma pessoa ou empresa foi intimada eletronicamente para comparecer a um evento específico relacionado a um processo judicial. O que vem após a publicação de intimação? A partir da data de publicação no Diário Oficial, começam a correr os prazos processuais estabelecidos para a apresentação de recursos, contestações, manifestações e outras ações judiciais ou administrativas. O que significa no processo confirmada a intimação eletrônica? Na intimação enviada por meio eletrônico, a comunicação é uma notificação à qual os advogados podem ter acesso a qualquer momento, dentro de um prazo determinado. Por esse motivo, a contagem de prazos é diferente da intimação via publicação. Cumprindo os prazos de intimações recebidas, dúvidas recorrentes. 43 questões relacionadas encontradas Para as comunicações eletrônicas, a Lei 11.419/06 inovou trazendo um novo prazo, qual seja, o prazo do sistema, que consiste em um prazo de 10 dias corridos para que o usuário externo tome ciência da comunicação eletrônica e posteriormente iniciar a contagem do prazo processual. Resposta: Acesse o Diário Judicial Eletrônico. Depois de publicada a sentença, a empresa processada deve pagar a causa trabalhista de 48 horas até 15 dias úteis. Logo, em média, após a sentença, a parte vencedora espera receber os valores de sua causa trabalhista nesse intervalo de tempo. § 3º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação. Assim, nos casos dos processos eletrônicos, de forma similar, a contagem se inicia na data posterior à publicação no ato processual no diário do juízo processual competente. Acesse a Central do Processo Eletrônico, insira o certificado digital, preencha os dados e crie sua senha. A partir daí, o acesso ao sistema será por meio do seu CPF e da senha criada. Como consultar uma intimação? É possível fazer a consulta de intimações na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) por meio de sistemas eletrônicos próprios. Também existe a possibilidade de consultar nos diários digitais dos Tribunais de Justiça e outros órgãos oficiais. Também é possível a consulta e impressão das intimações já recebidas. Para o recebimento dessas, a utilização de certificado digital vinculado ao seu CPF é obrigatória. Após a publicação da certidão de publicação expedida, os passos seguintes vão depender muito da natureza do processo. Ou seja, caberá às partes envolvidas, autor e/ou réu, sentarem e desenvolverem o andamento do processo junto a seus advogados. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. O prazo para o oficial de justiça cumprir os mandados é, em regra, de 20 (vinte) dias a partir do dia útil seguinte à distribuição. Entretanto, em situações excepcionais, este prazo pode ser reduzido, como nas hipóteses de audiências próximas, liminares, mandados que se refiram a réus presos ou mandados de plantão. O art. 226, III, do Código de Processo Civil estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para proferir a sentença após instruído o feito (todas as provas já produzidas). Em situações de grandes remessas para pagamentos, o prazo para o pagamento pode chegar a 96 horas. Para quitação de valores em espécie, com exceção de pequenas quantias, o prazo para a liberação é de 72 horas. Lembrando que, nessas situações, os valores devem ser pagos ao ex-funcionário em até dez dias corridos após o comunicado da rescisão do contrato de trabalho. Para tal, a primeira coisa que você deve fazer é se direcionar ao site do tribunal. Ao fazer isso, você irá se deparar com a página inicial, onde haverá um espaço escrito “consulta processual”. Bem ao lado desses dizeres, basta digitar o número do seu processo, contendo o dígito, ano, vara etc. Em geral, é possível consultar a situação do processo de duas maneiras. A mais tradicional seria ir até o fórum onde a ação foi julgada e solicitar as informações lá. Outra maneira, bem mais prática e moderna, é realizar a consulta pela internet. O que acontece quando o processo sai no Diário Oficial? Quando uma ação é publicada no Diário Oficial, os prazos descritos no documento começam a contar na data de publicação ou no próximo dia útil. Dessa forma, as movimentações previstas devem começar a ser feitas. No caso de processo eletrônico, sem sigilo, é possível visualizar a sentença por meio da consulta pública do processo. Caso o processo tramite em meio físico ou esteja protegido por sigilo, entre em contato com a vara ou juizado para ter acesso aos autos ou solicite a texto da sentença a seu advogado. Conforme prevê a Lei Nº 11.419/2006 (Lei do Processo Eletrônico), caso o ad- vogado ou parte não acesse o sistema de processo eletrônico e visualize a intimação no prazo de 10 (dez) dias corridos, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período. A conclusão do processo judicial pode ocorrer por meio de uma sentença ou de um acórdão, conforme a instância em que ocorre o julgamento. Sentença é o ato judicial pelo qual o juiz encerra o processo em primeiro grau. Para efetuar a consulta de publicações, é necessário acessar o endereço www.dje.tjsp.jus.br , (não necessita senha). Publicado em 31 de mar. de 2025 Atualizado em 31 de mar. de 2025 A era digital trouxe uma série de mudanças significativas em diversas áreas da vida diaria, incluindo o sistema jurídico. Entre essas mudanças, destaca-se a intimação eletrônica, um conceito que ainda gera muitas dúvidas. Neste artigo, vamos explorar em detalhes o significado de "confirmada intimação eletrônica", suas implicações legais e operacionais, e como esse procedimento afeta tanto profissionais do direito quanto cidadãos comuns.O que é uma intimação eletrônica?A intimação eletrônica é um instrumento utilizado no âmbito do processo judicial que visa notificar partes e advogados sobre atos processuais. Esse método tem se tornado cada vez mais comum com o advento da digitalização, permitindo que documentos sejam enviados e recebidos de forma rápida e eficiente pela internet.Quando falamos de "intimação eletrônica confirmada", estamos nos referindo a um tipo específico de notificação em que a parte destinatária reconhece que recebeu a comunicação. Isso acontece por meio de um sistema que confirma a entrega, seja através de e-mail, plataformas de gerenciamento de casos ou serviços judiciais online.Importância da intimação eletrônicaA intimação eletrônica traz uma série de vantagens. Em primeiro lugar, ela agiliza o processo judicial, reduzindo o tempo gasto na comunicação de atos processuais. Isso é especialmente relevante em um país como o Brasil, onde os processos podem ser morosos devido ao altíssimo volume de casos.Além disso, a intimação eletrônica proporciona uma maior segurança e rastreabilidade, uma vez que os sistemas utilizados geralmente registram data e hora da entrega, criando um histórico que pode ser consultado a qualquer momento. Essa transparência é crucial para evitar questionamentos e contestações sobre prazos e notificações.O que envolve a intimação eletrônica confirmada?Para que uma intimação eletrônica seja considerada "confirmada", é necessário que algumas condições sejam atendidas. Vamos explorar esses requisitos:Registro de entregaAntes de tudo, precisamos mencionar que, para que a intimação seja confirmada, o sistema eletrônico deve registrar o ato de entrega. Isso significa que uma notificação será enviada ao destinatário, informando que um novo ato processual foi disponibilizado para consulta.Leitura pelo destinatárioAlém do registro de entrega, a confirmação efetiva acontece quando o destinatário tem a oportunidade de acessar e ler a intimação. Muitas plataformas de intimação eletrônica possuem mecanismos que confirmam que o usuário efetivamente acessou o documento, garantindo assim que a intimação foi realmente visualizada.Prazos processuaisOutro ponto importante a ser destacado é que as intimações eletrônicas estão sujeitas aos prazos legais. Após a confirmação da intimação, o destinatário deve estar ciente de que os prazos para a prática de atos processuais começam a contar a partir da data da confirmação. Sendo assim, a agilidade na resposta é fundamental, e a tecnologia proporciona as ferramentas necessárias para que isso ocorra de maneira eficaz.Como funciona o processo de intimação eletrônica?Para que possamos compreender melhor o funcionamento da intimação eletrônica, é necessário dar uma olhada no processo que envolve essa prática.Etapa 1: Preparação da intimaçãoNo início do processo, o juiz ou o cartório responsável elabora a intimação, que pode se referir a diversos atos processuais, como audiências, prazos, entre outros. Este documento é essencial para garantir que todas as partes estejam informadas sobre a tramitação do processo.Etapa 2: Envio do documentoApós a elaboração, o documento é enviado através de um sistema eletrônico, que pode ser o PJe (Processo Judicial Eletrônico) ou outros sistemas adotados por tribunais. Este envio é feito de forma automática e, uma vez realizado, o sistema registra a data e hora do envio.Etapa 3: Recebimento e confirmaçãoAo receber a intimação, o destinatário deve acessar o sistema para verificar a notificação. Ao abrir o documento, a confirmação é registrada, e a partir desse momento, os prazos processuais passam a contar. É nessa etapa que a segurança e a eficiência do sistema se tornam evidentes.Vantagens da intimação eletrônica confirmadaComo já mencionado, a intimação eletrônica oferece uma série de vantagens, tanto para profissionais do direito quanto para os cidadãos que participam de processos judiciais. Vamos detalhar algumas delas:AgilidadeA intimação eletrônica confirma uma agilidade que era impensável nos métodos tradicionais. Ninguém precisa mais esperar pelo correio ou enfrentar filas em cartórios. A comunicação é feita instantaneamente, garantindo que todos os envolvidos estejam no mesmo ritmo.Redução de custosOutro ponto positivo é a evidente redução de custos. O envio de documentos pela via eletrônica elimina despesas com papel, impressão e envio postal. Isso sem contar o tempo que os profissionais deixam de perder com burocracias desnecessárias.AcessibilidadeCom a intimação eletrônica, o acesso à informação se torna bem mais fácil. As partes podem consultar a intimação a qualquer momento e de qualquer lugar, contanto que tenham acesso à internet. Essa praticidade é especialmente relevante em um país vasto como o Brasil.TransparênciaA intimação eletrônica promove uma maior transparência no processo. Todos os atos são registrados e podem ser auditados, garantindo que o direito à informação e à defesa seja assegurado.Desafios da intimação eletrônicaEmbora os benefícios sejam muitos, a intimação eletrônica também enfrenta alguns desafios que devemos considerar:Inclusão digitalUm dos grandes obstáculos para a plena adoção da intimação eletrônica é a inclusão digital. Nem todas as pessoas possuem acesso à internet, e essa limitação pode levar a injustiças, já que a comunicação eletrônica é essencial para que todos possam participar do processo.Falta de conhecimentoMesmo entre aqueles que têm acesso à tecnologia, muitas vezes falta conhecimento sobre como utilizar os sistemas eletrônicos de maneira eficaz. Isso pode gerar um cenário de desinformação que resulta em prazos perdidos.Segurança da informaçãoCom o aumento da digitalização, a segurança da informação torna-se uma preocupação crucial. Há sempre o risco de vazamentos de dados ou fraudes. Portanto, é fundamental que os sistemas utilizados para intimações eletrônicas sejam seguros e protegidos contra invasões.ConclusãoDiante do exposto, podemos concluir que a intimação eletrônica confirmada representa um grande avanço no sistema judicial brasileiro. Ao combinar agilidade, eficiência e transparência, ela facilita a comunicação entre os envolvidos nos processos judiciais e contribui para a modernização do setor.No entanto, para que esse sistema funcione plenamente, é necessário que haja um esforço conjunto por parte de instituições, advogados e cidadãos, para garantir a inclusão digital, o conhecimento sobre as ferramentas e, principalmente, a segurança das informações.FAQO que é uma intimação eletrônica confirmada?A intimação eletrônica confirmada é uma notificação enviada por meio de plataformas digitais que registra o recebimento e a leitura do documento pelo destinatário.Quais são os principais benefícios da intimação eletrônica?Os principais benefícios incluem agilidade na comunicação, redução de custos, acessibilidade e maior transparência nos atos processuais.Como funciona o registro da intimação eletrônica?O registro é realizado automaticamente pelo sistema que registra data e hora do envio e a confirmação de leitura pelo destinatário.O que fazer caso não receba a intimação eletrônica?Caso você não receba a intimação eletrônica, é importante consultar o advogado responsável ou o cartório onde o processo está tramitando para verificar a situação.Referências Significa que a pessoa indicada no evento 11 foi notificada dos termos ou atos do processo. O que é uma intimação expedida? A “intimação” é uma das espécies de comunicação presentes no ordenamento jurídico brasileiro. Sempre será expedida por uma autoridade competente para dar ciência a alguém de atos e fatos acerca de um processo judicial ou administrativo. Quando ocorre a intimação no processo eletrônico? Lado outro, a intimação eletrônica, feita por meio de portal próprio do Tribunal, será efetiva quando ocorrer a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual deverá ser feita em até 10 dias úteis contados do envio da intimação, sob pena de intimação automática, ao término desse prazo, conforme o art. Quando começa a contar o prazo da intimação? A regra é básica: em caso de intimação pessoal, o dia do começo do prazo se dá na data de juntada aos autos do AR ou do mandado de intimação devidamente cumpridos, sem esquecer que exclui-se o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento, por força do art. 224, do CPC. O que quer dizer expedido intimação trabalhista? A intimação é uma notificação referente ao processo. Sua função é avisar as partes (ou outro integrante do processo, como o MP) a respeito de um certo ato processual passado ou futuro. Pode ser judicial ou extrajudicial. Existem certos elementos do mundo jurídico com o qual todo advogado precisa estar familiarizado. O que quer dizer carta expedida? Uma certidão de publicação expedida é emitida pelo cartório judicial para avisar as partes de um processo que já foi definido um prazo a ser cumprido em relação a uma determinada decisão processual. Como se dá a intimação no PJe? No PJe as intimações são realizadas em painel próprio. O advogado ao acessar o sistema e num simples clicar no link específico estará automaticamente intimado. Não fazendo isso, a partir da publicação da intimação no sistema PJe, o advogado será considerado intimado após o decorrer de dez dias. Como é a intimação no PJe? A intimação via sistema no PJe, assim que elaborada pelo servidor, é encaminhada direta e instantaneamente para o “Painel do advogado” já habilitado nos autos. Cabe ao advogado dar ciência da intimação na aba “Intimações”. ... Após esse período, a intimação será considerada ficta (realizada) pelo sistema. Qual a diferença entre intimação eletrônica e eletrônica? Olá pessoal, uma dúvida recorrente no fórum dos nossos cursos de Direito Processual Civil envolve a contagem dos prazos processuais, mais especificamente a questão relativa à diferença entre a intimação pelo diário oficial de justiça e a intimação eletrônica . Afinal, são formas idênticas de intimação? Quando é realizada a intimação? A intimação é realizada no momento em que o intimado acessa o sistema — o que deve ocorrer em até 10 dias corridos após o seu envio — sob pena de ser realizada de forma automática, na finalização desse prazo. Quais são os tipos de intimações? Existem vários tipos de intimações a saber: intimação por carta precatória: é o meio de comunicação pelo qual um Juiz se utiliza para intimar uma pessoa que reside na comarca de outro Juiz. Como ele não tem jurisdição para atuar fora da sua área, ele pede para seu colega intimar como se ele fosse; Quais são as intimações obrigatórias? Por exemplo, existem casos nos quais obrigatoriamente devem ser realizadas pessoalmente, como a intimação do Ministério Público e do Defensor nomeado, outros são aceitos via postal ou por meios eletrônicos. Existem vários tipos de intimações a saber: Publicado em 31 de mar. de 2025 Atualizado em 31 de mar. de 2025 A intimação eletrônica no Brasil representa uma modernização significativa dos procedimentos legais, permitindo a comunicação eficiente entre os tribunais e os envolvidos em ações judiciais. Em particular, a expressão "intimação eletrônica expedida certificada réu" junta conceitos relevantes que são fundamentais para o entendimento do sistema de Justiça brasileiro. Este artigo se propõe a explorar de maneira detalhada e abrangente o significado e as implicações desse tipo de intimação, bem como os passos que se seguem sua expedição e certificação.IntroduçãoA transformação digital no Judiciário brasileiro trouxe mudanças que visam agilizar os processos e garantir maior transparência e acessibilidade. A intimação eletrônica é um mecanismo que permite que partes envolvidas em um processo judicial sejam notificadas por meio eletrônico, substituindo a tradicional intimação física. Essa mudança não só reduz custos, mas também acelera o andamento dos processos.A intimação eletrônica é definida como um ato judicial pelo qual as partes são informadas sobre decisões, despachos ou outros atos processuais. Quando falamos em uma "intimação eletrônica expedida certificada réu", nos referimos a um ato formal que narra a afirmação de que o réu foi devidamente notificado, com todas as características de uma intimação válida.O conceito de intimação eletrônicaDiferença entre intimação eletrônica e intimação tradicionalA principal diferença está no meio utilizado para a comunicação. Enquanto na intimação tradicional a notificação é feita fisicamente, geralmente através de um oficial de Justiça, a intimação eletrônica é realizada por meio de plataformas digitais que garantem o recebimento, como o processo eletrônico, que está presente em muitos tribunais brasileiros.Vantagens da intimação eletrônicaAs vantagens da intimação eletrônica são variadas. A principal delas é a celeridade, já que a comunicação é imediata, além da possibilidade de rastreamento do recebimento. Isso garante maior segurança jurídica para todas as partes envolvidas, já que é necessário comprovar que a intimação foi devidamente recebida.O processo de expedição e certificaçãoO que acontece depois de expedida certificada a intimação eletrônicaApós a expedição e certificação da intimação eletrônica, o réu tem um prazo definido para tomar ciência e, se necessário, se manifestar sobre o que consta no documento. O prazo varia conforme a natureza da intimação, mas é essencial que o réu esteja atento a essa contagem de tempo, pois a inércia poderá implicar na perda de direitos.Prazo de respostaUma vez notificado, o réu deve observar o prazo estabelecido na intimação para que possa apresentar sua defesa ou manifestação. Por exemplo, se a intimação for no âmbito de um julgamento, geralmente o prazo estabelecido é de cinco dias úteis.O que acontece depois de uma intimação eletrônica?Depois que uma intimação eletrônica é expedida e certificada, o processo judicial segue seu fluxo natural. Se a intimação diz respeito a uma audiência ou julgamento, a parte deve se preparar para comparecer e fazer sua defesa. Se se tratasse de uma intimação para o cumprimento de uma sentença, a parte deve se adaptar ao que foi determinado, sob pena de sanções legais.Definições e implicações da intimaçãoO que quer dizer certificado intimação eletrônica?O termo "certificado" refere-se ao registro digital que comprova o recebimento da intimação. Esse certificado é um documento essencial que garante não apenas que a parte foi notificada, mas também que a notificação ocorreu dentro dos trâmites legais estabelecidos.O que significa expedida/certificada a intimação eletrônica INSS?No contexto do INSS, a intimação eletrônica é utilizada para notificações relacionadas a benefícios, processos administrativos, e outros atos. A versão "expedida/certificada" assegura que a notificação foi feita de acordo com a legislação e que o beneficiário teve ciência das informações.Intimações específicasO que vem depois de expedida/certificada a intimação eletrônica?Após a expedição/certificação, o advogado ou réu deve preparar a resposta ao processo ou tomar as medidas necessárias, de acordo com a natureza da intimação. Isso pode incluir apresentar documentos, comparecer a audiências ou cumprir prazos para recursos.O que significa expedida certificada a intimação eletrônica urgente?Quando uma intimação é classificada como "urgente", significa que existem prazos muito curtos ou situações que demandam uma ação rápida por parte do réu. Esse tipo de intimação visa garantir que a parte envolvida tenha ciência da situação de forma rápida e prática, evitando prejuízos.O que significa intimação eletrônica - expedida/certificada (autor prazo: 5 dias)?Aqui, o "autor" é a parte que está movendo a ação judicial. O prazo de cinco dias oferece ao autor a oportunidade de se manifestar dentro de um tempo determinado, e exige que o réu esteja atento a essa contagem, pois qualquer demora na resposta pode ser prejudicial.O que significa intimação eletrônica - expedida/certificada - sentença?Uma intimação eletrônica que diz respeito a uma "sentença" indica que uma decisão judicial foi proferida e que o réu (ou a parte envolvida) está sendo notificado sobre os efeitos dessa decisão. Essa notificação é crucial para que a parte possa entender o que foi decidido e quais os próximos passos a serem tomados.Expedida/certificada a intimação eletrônica prazo 30 diasEm algumas situações, o prazo para resposta é estendido para 30 dias, o que permite um tempo maior para que a parte envolvida elabore sua defesa ou tome as medidas necessárias. Esse tipo de prazo é comum em processos complexos ou quando a parte notificada precisa de mais tempo para obter documentação ou assistência jurídica.Expedida/certificada o que significaO termo "expedida" refere-se ao ato de enviar ou emitir a intimação, enquanto "certificada" se refere ao registro que confirma que o destinatário recebeu a notificação. Ambas as etapas são essenciais para garantir a validade da intimação e a eficácia do processo judicial.ConclusãoEntender o processo de intimação eletrônica é fundamental para aqueles que estão envolvidos em processos judiciais no Brasil. A formalização da intimação, sejam as partes autoras ou rés, é vital para a continuidade dos processos de maneira eficaz. Esse entendimento não apenas ajuda as partes a se protegerem, mas também facilita o fluxo do sistema de justiça como um todo.A modernização dos procedimentos com a introdução de intimações eletrônicas, especialmente quando falamos de "intimação eletrônica expedida certificada réu", representa um avanço significativo. Não obstante, é imprescindível que todas as partes envolvidas se mantenham informadas e preparadas para suas responsabilidades e prazos para evitar surpresas que possam impactar seus direitos e deveres.FAQO que é intimação eletrônica?A intimação eletrônica é a notificação de partes envolvidas em ações judiciais realizada por meio digital, substituindo a intimação tradicional.Como funciona a certificação da intimação eletrônica?A certificação garante que a parte foi notificada e é registrada digitalmente, assegurando a validade da comunicação.Quais são as consequências de não responder a uma intimação eletrônica?A falta de resposta pode levar a penalidades, incluindo a possibilidade de revelia, onde a parte que não se manifesta pode perder o direito à defesa e o processo pode seguir sem sua participação.O que devo fazer ao receber uma intimação eletrônica?É fundamental ler atentamente a intimação, compreender os prazos e preparar a defesa ou manifestação exigida no documento.O que acontece se eu não receber uma intimação eletrônica?Se a intimação foi expedida e certificada, presume-se que a parte a recebeu. Caso você não tenha ciência dela, deve consultar seu advogado e pode solicitar informações ao tribunal.ReferênciasCódigo de Processo Civil Brasileiro.Site do Tribunal de Justiça do seu estado.Legislação sobre procedimentos de intimação eletrônica no Brasil.O conteúdo aqui apresentado é uma análise sobre a intimação eletrônica expedida certificada réu, abrangendo questões práticas e jurídicas necessárias para a compreensão desse importante aspecto do sistema judiciário brasileiro. A partir dessa confirmação, será cumprida a intimação eletrônica, iniciando, no primeiro dia útil subsequente, o prazo de cumprimento dela, se houver. Depois a consulta será emitida um umaCertidão de Intimação Cumprida no processo SEI. Na intimação eletrônica tem-se um prazo procedimental, que se destina à ciência do ato, que são de dez dias corridos, e um efetivo prazo processual, que se destina à manifestação do ato, o qual fluirá após o ato de ciência ou automaticamente se transcorrido o prazo procedimental. As intimações são os pedidos e solicitações que partem do juiz para as partes do processo. Quando falamos de intimação eletrônica, trata-se, então, desse envio de solicitação de maneira virtual, por meio de um sistema jurídico próprio dos tribunais, por exemplo, PROJUDI, E-SAJ, etc. Antes de iniciar a contagem processual, o sistema contará sempre 10 dias corridos a partir do dia seguinte da expedição eletrônica da comunicação, independentemente se o dia for útil ou não. A partir da data de publicação no Diário Oficial, começam a correr os prazos processuais estabelecidos para a apresentação de recursos, contestações, manifestações e outras ações judiciais ou administrativas. Segundo a referida norma, passados o prazo de 10 (dez) dias sem que o intimado tenha efetivado a consulta eletrônica do teor da intimação, será considerado intimado (mesmo que tacitamente). As decisões do Judiciário só têm validade depois da publicação da ata do julgamento no Diário da Justiça Eletrônico. Ainda, para fazer a consulta online manualmente, entre no portal do Tribunal de Justiça onde tramita a ação e realize a consulta, podendo ser feita pelo número do processo, nome da parte, ou até mesmo por CPF. Para consultar a intimação, o contribuinte deve acessar o serviço Consulta Intimação, disponível em Restituição e Compensação, no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte). Depois de publicada a sentença, a empresa processada deve pagar a causa trabalhista de 48 horas até 15 dias úteis. Logo, em média, após a sentença, a parte vencedora espera receber os valores de sua causa trabalhista nesse intervalo de tempo. O Intimações On-line é um sistema de auto-intimação em concordância com o estabelecido na Lei 11.419/06 que dispõe que as intimações por meio eletrônico devem ser realizadas em área de acesso específica do site do Tribunal e com uso de assinatura digital. A funcionalidade de intimação eletrônica permite aos órgãos a comunicação direta com os usuários externos para ciência, cumprimento de exigências e outras comunicações necessárias. Quem recebe uma intimação é obrigado a comparecer na data e horário estipulados no documento. O descumprimento dos termos estabelecidos em uma notificação pode trazer consequências sérias. O não comparecimento pode acarretar em uma condução coercitiva (levada à força a comparecer), a depender do motivo da intimação. A contagem de prazos processuais a partir da intimação no DJe começa no primeiro dia útil seguinte à data de publicação (art. 4º, § 4º). Nesse sentido, é importante lembrar que a data de publicação é o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da intimação no DJe (art. 4º, § 3º). Resposta: Acesse o Diário Judicial Eletrônico. O que acontece quando o processo sai no Diário Oficial? Quando uma ação é publicada no Diário Oficial, os prazos descritos no documento começam a contar na data de publicação ou no próximo dia útil. Dessa forma, as movimentações previstas devem começar a ser feitas. Consultar intimação pelo CPF é possível? É possível fazer a consulta de intimação online pelo CPF por meio de alguns portais dos próprios Tribunais de Justiça, como o portal e-SAJ, do TJSP. Como se consulta o DJE? A consulta pode ser feita pela última edição do DJE ou por qualquer data de publicação posterior a 1º de outubro de 2007. Para consultar, pode-se utilizar o número do processo, o nome ou a inscrição do advogado na OAB ou ainda o nome das partes (na opção “Busca avançada”). O que é? No caso de recebimento de intimação (via Caixa Postal Eletrônica, pessoalmente, pelos Correios, ou por Edital publicado no D.O.E.), o contribuinte deverá encaminhar as informações e documentos solicitados por meio de abertura de Protocolo Eletrônico. Do Julgamento A decisão final é a principal decisão do processo, ainda que não chegue a efetivamente apreciar o mérito da causa, como as decisões de não conhecimento, de prejudicialidade, de homologação de desistência e de negativa de seguimento. No caso de processo eletrônico, sem sigilo, é possível visualizar a sentença por meio da consulta pública do processo. Caso o processo tramite em meio físico ou esteja protegido por sigilo, entre em contato com a vara ou juizado para ter acesso aos autos ou solicite a texto da sentença a seu advogado. Para sermos mais objetivos, a média estimada é de 2 a 3 anos nos casos em que há recursos ao Tribunal de Justiça, podendo se prologar caso chegue ao Superior Tribunal de Justiça. Após as manifestações das partes, o juiz proferirá sentença de liquidação, definindo qual o total da condenação a ser pago pela reclamada em favor do reclamante e fixando um prazo para pagamento, que pode ser de 48 horas (prazo previsto pela CLT) ou de 15 dias úteis (prazo previsto pela lei processual civil). Significa que um juiz ou uma juíza aceitou apenas uma parte do pedido feito pelo autor do processo. Após apresentada a petição de acordo, o juízo analisará os seus termos no prazo de 15 dias (período no qual pode designar uma audiência) e proferirá a sentença. O pedido de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional dos direitos reivindicados na ação trabalhista.